



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Subsecretaria de Gestão e Regularização Ambiental Integrada
Superintendência Regional de Regularização Ambiental do Sul de Minas

Fl. 649

0112649/2013
08/02/2013
Pág. 1 de 4

**ANEXO DE ALTERAÇÃO, EXCLUSÃO E OU INCLUSÃO DE CONDICIONANTES DO PARECER
ÚNICO Nº 0112649/2013 (SIAM)**

INDEXADO AO PROCESSO: Licenciamento Ambiental	PA COPAM: 00041/2003/002/2009	SITUAÇÃO: Sugestão pelo INDEFERIMENTO
FASE DO LICENCIAMENTO: Licença de Instalação Corretiva		

EMPREENDEDOR: Luz Boa S/A	CNPJ: 04.779.802/0001-0001-00
EMPREENDIMENT O: Barragens de Geração de Energia Hidrelétrica	CNPJ:
MUNICÍPIO(S): Luminárias-MG	ZONA: Rural
COORDENADAS GEOGRÁFICA (DATUM): LAT/Y 21° 31'09"S LON G/X e 44° 56' 20"W	
LOCALIZADO EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO: <input type="checkbox"/> INTEGRAL <input type="checkbox"/> ZONA DE AMORTECIMENTO <input type="checkbox"/> USO SUSTENTÁVEL <input checked="" type="checkbox"/> NÃO	
BACIA FEDERAL: rio Paraná	BACIA ESTADUAL: rio Grande
UPGRH: GD1	SUB-BACIA: rio Ingaí
CÓDIGO: E-02-01-1	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 74/04): Barragem de Geração de Energia - Hidrelétrica
	CLASSE: 3
CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO: Eng. Eletricista José Carvalho de Paula	REGISTRO: CREA – MG 07412/D
RELATÓRIO DE VISTORIA: -----	DATA:

EQUIPE INTERDISCIPLINAR	MATRÍCULA	ASSINATURA
William Pressato Faústino – Analista Ambiental	1.198.172-7	
Anderson Ramiro de Siqueira – Diretor Regional de Controle Processual	1.051.1539-3	
De acordo: Josiane de Freitas – Diretora Regional de Apoio Técnico	1.138.385-8	



Fl. 648 **1 Introdução**

A LUZBOA S/A. obteve Licença de Instalação Corretiva *ad referendum* com base no Parecer Único da SUPRAM SM, sendo referendada na 72ª Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada Sul de Minas do COPAM em 04 de outubro de 2010.

Na reunião do COPAM foi incluída a condicionante n. 19 com a seguinte redação: *Protocolar na Gerência de Compensação Ambiental (NCA) do IEF solicitação para abertura do processo de cumprimento da compensação ambiental, de acordo com a Lei 9.985/2000. Prazo: 30 dias da publicação da decisão da URC.*

A empresa protocolou recurso contra a decisão da URC, com fundamento no artigo 19 do Decreto Estadual nº 44.844/08, abaixo reproduzido:

“Art. 19. Compete à Câmara Normativa e Recursal - CNR do COPAM decidir, como última instância administrativa, recurso de decisão relativa a requerimento de licença ambiental emitida pela URC ou SUPRAM, admitida a reconsideração por estas unidades.”

A URC, como lhe foi conferida na parte final do artigo reproduzido acima, pode deliberar pela reconsideração da decisão, isentando a empresa da condicionante correspondente à apresentação da “Compensação Ambiental”.

Caso a URC mantenha a sua decisão, o recurso será pautado para deliberação da Câmara Normativa Recursal - CNR, que poderá isentar a empresa da condicionante ou confirmar a decisão da URC.

Este parecer objetiva subsidiar as instâncias recursais: URC e CNR para tomada de decisão analisando as razões do recurso que foi apresentado pela empresa contra a decisão da URC;

2. Admissibilidade

A Resolução SEMAD nº. 1204/2010, que dispõe sobre o trâmite de recursos a serem encaminhados para julgamento na Câmara Normativa e Recursal - CNR do Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM, no artigo 2º dispõe que:

“Art. 2º - Os recursos contra pedido de licenciamento ambiental a serem pautados na CNR do COPAM deverão estar instruídos com Juízo de Admissibilidade, Parecer Único sobre o recurso a ser emitido pela SUPRAM responsável pela análise e decisão da Unidade Regional Colegiada - URC do COPAM sobre a possibilidade de reconsiderar sua decisão recorrida.”

O juízo de admissibilidade consiste na verificação da tempestividade da interposição do recurso.

O recurso é tempestivo e integra este processo o juízo de admissibilidade.

3. Discussão

O representante do empreendimento LUZBOA S/A, por meio de requerimento formal (Protocolo SIAM nº R123256/2010), solicitou exclusão da condicionante nº. 19 incluída na Reunião



da URC Copam Sul de Minas da Licença de Instalação Corretiva nº. 125/2010, no que tange o Processo nº. 00041/2003/002/2009.

Fl. 649

Para embasar a análise da solicitação, segue a transcrição do texto da referida condicionante:

Condicionante 19: *Protocolar na Gerência de Compensação Ambiental (NCA) do IEF solicitação para abertura do processo de cumprimento da compensação ambiental, de acordo com a Lei 9.985/2000. Prazo:*

Prazo: 30 dias da publicação da decisão da URC.

3.1. Justificativa do Empreendedor

O empreendedor apresentou as seguintes justificativas:

A Compensação Ambiental se dará de acordo com a Lei 9.985/00 (SNUC), amparado em EIA/RIMA, sendo o empreendimento em questão foi classificado pela DN 74/2004 como sendo classe 3, sendo autorizado pela SUPRAM SM a elaboração do Relatório de Controle Ambiental (RCA) e Plano de Controle Ambiental (PCA).

Que tanto a Lei do SNUC, quando seu decreto regulamentador, trata a matéria intitulada como – Da Compensação por significativo impacto ambiental ao EIA/RIMA.

Que a Resolução CONAMA 01/86 determina a incidência de EIA/RIMA somente para as barragens hidrelétricas acima de 10MW, sendo seu empreendimento com potencia instalada de 3,8MW.

No âmbito da legislação estadual, o Decreto 45.175/2009 estabelece em seu art. 2º que a incidência da compensação ambiental se dará com fundamento em EIA/RIMA, sendo inclusive já reconhecido tal requisito pela Procuradoria Geral do Estado.

Que os impactos decorrentes da implantação do barramento já se encontram consolidados, tendo em vista se tratar de reativação de uma PCH, não havendo aumento de impactos significativos.

Que a vulnerabilidade do local onde se pretende a instalação do empreendimento é considerado muito baixa e baixa e seu entorno era constituído por campo limpo, campos rupestres, cerrado, floresta semidecidual e comunidades vegetais associadas aos campos de várzea e coleções hídricas lênticas, sendo que atualmente boa parte desta área está revestida por pastagens.

Foi propostos todas medidas mitigadoras necessárias e compensatórias pelas intervenções em áreas de preservação permanente.

Que o Parecer da AGE nº. 15.016/2010 determina que somente incidirá a compensação ambiental nos casos de licenciamento de empreendimentos considerados, pelo órgão ambiental competente, causadores de significativo impacto ambiental, com fundamento em EIA-RIMA.



Fl. 050

Em apertada síntese, o que consta no recurso.

3.2. Parecer da Supram Sul de Minas

Ponto incontroverso foi à instrução do processo de licenciamento em questão através de elaboração do Relatório de Controle Ambiental (RCA) e Plano de Controle Ambiental (PCA).

Trata-se de pedido de exclusão de condicionante, onde de acordo com o parecer da Advocacia Geral do Estado nº. 15.016, somente incidiria nos casos de licenciamento de empreendimentos considerados, pelo órgão ambiental competente, causadores de significativo impacto ambiental, com fundamento em Estudo de Impacto Ambiental e Respectivo Relatório de Impacto Ambiental - EIA-RIMA.

Todavia, o Decreto Estadual nº. 45.175/2009, foi alterado pelo Decreto Estadual 45.629 de 06 de julho de 2011, possibilitando a compensação ambiental em todos os processos de licenciamento ambiental, instruídos ou não com EIA/RIMA.

O art. 10 do Decreto Estadual 45.629/11 assim determina:

*"Art. 10. Os impactos ambientais de empreendimentos sujeitos à compensação ambiental na fase de revalidação da licença de operação, em processo de licenciamento ou já licenciados e com processos de compensação ambiental em análise **serão identificados nos estudos ambientais solicitados pelo órgão ambiental**, inclusive e, se for o caso, no EIA/RIMA."*

Assim, não há que se falar em existência exclusiva do EIA/RIMA para verificação da incidência da compensação ambiental.

Importante frisar que não se trata de retroatividade das normas, pois o mesmo dispositivo legal estabelece a incidência da compensação ambiental em qualquer fase do licenciamento, seja ele revalidação da licença de operação, em processo de licenciamento ou já licenciados. Ou seja, mesmo que o recurso seja deferido, no momento da formalização da Licença de Operação – LO, a condicionante novamente deverá ser imposta em face de vigência do art. 10 do Decreto Estadual 45.629/11.

Quanto aos aspectos técnicos, o empreendimento mesmo se tratando de reativação/repotenciação de uma usina previamente existente causará impactos não mitigáveis meio ambiente, tais como alagamento de novas áreas, supressão de vegetação nativa, redução de vazão no trecho de vazão reduzida, implantação de linha de transmissão, dentre outros impactos.

Quanto a vulnerabilidade do local onde se pretende a instalação do empreendimento, a mesma não é levada em consideração para a definição ou não da compensação ambiental.

4. Conclusão

Dado o exposto, este parecer sugere às instâncias recursais: URC e CNR a manutenção da condicionante nº. 19 com a seguinte redação: Protocolar na Gerência de Compensação Ambiental (NCA) do IEF solicitação para abertura do processo de cumprimento da compensação ambiental, de acordo com a Lei 9.985/2000. Prazo: 30 dias da publicação da decisão da URC..